

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

BRUNA DELFINO DE LIMA

**REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE DA AUXILIAR DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL NA CLASSE COMUM**

**Florianópolis
2018**

BRUNA DELFINO DE LIMA

**REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE DA AUXILIAR DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL NA CLASSE COMUM**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia pela Universidade
Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Sylvia Cardoso
Carneiro

**Florianópolis
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lima, Bruna Delfino de

Reflexões sobre o trabalho docente da auxiliar de
Educação especial na classe comum / Bruna Delfino de Lima; orienta-
dora, Dr^a Maria Sylvia Cardoso Carneiro, 2018.

43 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Peda-
gogia, Florianópolis, 2018. Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Educação especial. 3. Auxiliar de educação especial. 4.
Trabalho Docente. I. Dr^a Maria Sylvia Cardoso Carneiro. II. Universida-
de Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. III. Título.

BRUNA DELFINO DE LIMA

**REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE DA AUXILIAR DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL NA CLASSE COMUM**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia e aprovado em sua forma final.

Florianópolis, 20 de novembro de 2018

Profª Patricia Laura Torriglia, Drª

Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profª Maria Sylvia Cardoso Carneiro, Drª
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Ana Carolina Christofari, Drª
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Márcia Buss-Simão, Drª
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Mônica Marçal, Drª
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Este é um momento muito importante em minha vida, sei que não vou conseguir agradecer a tantas pessoas especiais que contribuíram de alguma maneira para que eu pudesse permanecer na Universidade. Tenho muito orgulho de ter a oportunidade de estudar em uma Universidade pública e gratuita que me fez crescer como pessoa e profissional.

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por sempre me iluminar e me ouvir nos momentos em que achei não iria conseguir. Agradeço de coração ao meu avô Nilson Nelson de Lima, esse homem que tenho tanto orgulho, se não fosse ele eu não teria chego a tempo na Universidade para realizar a minha inscrição no curso, pois era o último dia.

Agradeço ao meu pai Nelson Antônio de Lima por todas as motivações, conselhos, ajuda financeira e pelas palavras de carinho, quero lhe dizer que te amo muito meu velhinho.

Obrigada de coração minha mãe Cristiane Delfino pela vida e por toda sabedoria que você me deu. Quantas vezes liguei chorando, achando que não iria dar conta de todos os trabalhos da faculdade e principalmente da minha vida corrida, mas você mesmo em uma ligação de telefone me confortava, dizendo que logo essa fase iria passar e realmente passou. Obrigada por tudo! Te amo.

Agradeço por ter uma irmã de tão bom coração, Beatriz Delfino de Lima. Obrigada por ser essa irmã maravilhosa, sábia, inteligente, que sempre me trouxe palavras tranquilas, amo você! Não posso esquecer-me da minha outra irmã bebê a Vallentya, que mesmo longe e não podendo estar sempre presente, te levo no meu coração.

Obrigada tia Alexandra, Tia Josiane e minha prima Jessica, por todo amor que vocês têm por mim!

Sei que tenho muitas amigas e amigos que fazem parte da minha caminhada, gostaria de agradecer: Ana Paula Moraes dos Santos, Ana W, Ana Maria da S, Ana H, Camila B, Roberta, Rafaelly, Franciani, Bianca, Dandara, Carolina Pimenta, Daniel Souza, Licinha, Nicole, Elaine Amorim, Ana Carolina, Natan da Lupo, Gisele, Ana Lúcia, Luana, Cida.

Não tenho palavras para agradecer a uma pessoa tão especial, minha orientadora Maria Sylvia Carneiro, que desde o primeiro dia de orientação me passou confiança e acreditou em mim, sempre me motivando e incentivando com palavras que me deixavam confortável. Professora, você é uma pessoa incrível, com um coração do tamanho do mundo, sempre plena e tranquila. Obrigada por confiar em mim.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo investigar o trabalho docente da auxiliar de educação especial na classe comum. Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa, registros de experiências como auxiliar de classe, pesquisa bibliográfica e documental. Na bibliografia utilizada, os trabalhos acadêmicos que mais contribuíram para a pesquisa foram os de Martins (2011), Schreiber (2012, 2017), Américo (2013) e Kleber (2015), que problematizam o trabalho docente da auxiliar de educação especial em diferentes redes públicas de ensino em Santa Catarina. Considerando que os trabalhos indicavam diferentes nomenclaturas, formação e atribuições para a auxiliar de educação especial, foi realizada pesquisa também em editais de processos seletivos e concursos públicos de prefeituras da Grande Florianópolis para identificar as diferentes nomenclaturas utilizadas por cada uma delas, formação mínima exigida e as atribuições desse cargo. Essas informações foram buscadas também no documento que descreve o cargo de Auxiliar de Classe de uma escola privada de Florianópolis. Tanto a leitura dos trabalhos pesquisados quanto os documentos de políticas de educação especial não indicam uma definição de nomenclatura, função ou perfil para a auxiliar de educação especial na classe comum. Cada rede pública e escola privada define suas regras. A atuação da auxiliar de educação especial na classe comum tem sido realizada de uma forma precarizada, excludente e esquecida. A auxiliar de educação especial é uma docente e faz muito mais do que somente cuidar, porém os documentos deixam claro esse caráter do cuidado nas funções da auxiliar de educação especial, deixando em segundo plano as funções pedagógicas dessa profissional.

Palavras-chave: Educação especial. Auxiliar de educação especial. Trabalho Docente.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Documentos nacionais que apresentam o profissional/apoio da modalidade educação especial	32
Quadro 2 - Formação e atribuições do Professor Auxiliar de Educação Especial – Prefeitura Municipal de Florianópolis	34
Quadro 3- Formação e atribuições do Auxiliar de Ensino/ Educação Especial- Prefeitura Municipal de São José.....	35
Quadro 4- Formação e atribuições do Auxiliar de Classe - Escola Privada de Florianópolis..	37

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CNE - Conselho Nacional de Educação

CEB - Câmara de Educação Básica

EE - Educação Especial

EI - Educação Infantil

LBI - Lei Brasileira de Inclusão

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

TCC - Trabalho de conclusão de Curso

TEA - Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL	12
3. RELATOS DE EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS COM CRIANÇAS DA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL	16
3.1 EXPERIÊNCIAS COM LAURA	16
3.2 EXPERIÊNCIAS COM ROMEU	20
4. O TRABALHO DOCENTE DA PROFESSORA E DA AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	26
4.1 A ATUAÇÃO DA PROFESSORA JUNTO COM A AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	26
4.2 QUEM É A AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL?.....	31
4.2.1 Atribuições da Auxiliar de Educação Especial em classes comuns em duas redes públicas.....	34
4.2.2 Atribuições da Auxiliar de Classe em classe comum de uma escola privada....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

1. INTRODUÇÃO

Ao ingressar no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, iniciei um estágio não obrigatório em um colégio particular localizado no centro de Florianópolis, no ano de 2014, com a função de auxiliar de sala da educação infantil (EI).

Após o término desse estágio, em 2016, comecei a trabalhar em outra escola também no Centro de Florianópolis, em uma turma do terceiro ano dos anos iniciais. No início, tudo era novo, tanto o método pedagógico adotado pela escola, quanto as minhas atribuições que passaram a ser voltadas ao acompanhamento de uma criança da modalidade educação especial (EE). Eu nunca havia atuado com crianças dos anos iniciais e nem com a modalidade EE.

Minha função como estagiária era de auxiliar a professora de sala com as atividades propostas e auxiliar uma criança com síndrome de Down. Foi um grande desafio trabalhar com crianças de características tão específicas. Lembro-me que quando soube que essa seria minha função na escola fiquei um pouco preocupada pela minha falta de experiência na área, porém, com o passar dos anos, as experiências foram enriquecendo e os questionamentos como auxiliar e estudante foram surgindo.

No ano seguinte, fui contratada nessa mesma escola como auxiliar de classe para auxiliar uma criança com transtorno do espectro autista (TEA) em uma turma de terceiro ano dos anos iniciais. Atualmente continuo como auxiliar de classe em um quinto ano.

Foi a partir da prática e da teoria que fui aprendendo e respondendo algumas questões que surgiam no meu cotidiano escolar. Aprendi que sem a teoria você não tem uma prática qualificada, os dois eixos andam juntos. Então resolvi estudar um pouco mais sobre os sujeitos da educação especial, suas características e estratégias pedagógicas.

Depois de dois anos atuando como auxiliar de classe, passei a querer entender sobre como acontece o trabalho docente da auxiliar e da professora em escolas comuns com crianças da modalidade EE. Essa indagação foi aumentando em meu cotidiano, eu queria entender como que acontecia essa relação entre professora e auxiliar de classe nas elaborações das atividades com a criança na sala de aula.

Tanto as leituras quanto minhas experiências na escola mostraram que o número de crianças da modalidade EE matriculados em classes comuns vem aumentando cada vez mais. Tais crianças apresentam suas especificidades, vivendo diferentes condições de deficiência, como: autismo, deficiência física, sensorial, intelectual, múltipla, entre outras. Os questionamentos e observações foram direcionando meu interesse pelo aprofundamento de questões relacionadas à educação especial.

A elaboração do projeto de pesquisa direcionou o meu olhar para o trabalho docente, tanto da professora regente quanto da auxiliar de EE¹. A metodologia utilizada foi qualitativa, partindo dos registros de experiências na escola onde atuei e de pesquisa bibliográfica, com destaque para os trabalhos de Martins (2011), Schreiber (2012, 2017), Américo (2013) e Kleber (2015), que problematizam o trabalho docente da auxiliar de ensino de educação especial em diferentes redes públicas de ensino em Santa Catarina.

Ao perceber que os trabalhos indicavam diferentes nomenclaturas, formação e atribuições para o profissional auxiliar de EE, decidi buscar em editais de processos seletivos e concursos públicos de prefeituras da Grande Florianópolis as diferentes nomenclaturas utilizadas por cada uma delas, formação mínima exigida e as atribuições do auxiliar de EE.

Como havia uma série de inquietações minhas acerca do trabalho docente voltado às crianças da modalidade EE na classe comum, tive interesse em pesquisar também o que já havia sido produzido sobre esse tema nos trabalhos de conclusão de curso da Pedagogia da UFSC. Esses trabalhos se encontram no arquivo de TCC da Pedagogia.

Os trabalhos abordam temas múltiplos, em sua maioria tendo foco na EI, porém senti falta de abordagens relacionadas aos anos iniciais, principalmente sobre a relação do trabalho conjunto entre professora e auxiliar de EE. O único trabalho que encontrei com foco específico na auxiliar de EE foi o de Américo (2013).

Tudo isso me auxiliou na problematização e definição do objeto de pesquisa. A pergunta central dessa pesquisa é: Quem é a auxiliar de educação especial que atua na classe comum de ensino?

O objetivo geral desse trabalho foi investigar sobre o trabalho docente da auxiliar de educação especial que atua na classe comum. Os objetivos específicos foram: Conhecer os documentos que regulamentam a atuação da auxiliar de educação especial; Caracterizar quem é a auxiliar de educação especial.

Para que os objetivos fossem alcançados o TCC está estruturado nos seguintes capítulos: Introdução; Breve histórico da educação de pessoas com deficiência no Brasil; Relatos de experiências educacionais com crianças da modalidade educação especial; O trabalho docente da professora e da auxiliar de educação especial; Considerações finais e Referências.

¹ Nesse trabalho, tanto a referência à professora quanto à auxiliar de EE será sempre no feminino pelo fato de que as profissionais que atuam nessas funções na educação infantil e nos anos iniciais em sua grande maioria são mulheres.

2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

A história da educação no Brasil ficou marcada pela exclusão de uma parte significativa da população. Até o início do século XXI, um número grande de crianças e jovens com deficiência não tinham acesso à escola comum. Antes disso, muitas dessas pessoas não tinham acesso a nenhum atendimento educacional.

A criação de instituições especializadas na educação de surdos e cegos na Europa, no final do século XVIII, marca o surgimento da educação especial. Tais instituições representaram oportunidades educacionais para pessoas com deficiências sensoriais.

No Brasil, desde a época do império, a educação especial passou a ser uma possibilidade de atendimento daqueles alunos que eram considerados incapazes de frequentar a escola comum, como os cegos e os surdos.

[...] No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos- INES, ambos no Rio de Janeiro (BRASIL, 2008, p.2).

Tendo em vista a ineficiência do Estado em promover políticas sociais que garantiam a inclusão de pessoas com deficiência, e com forte preconceito e discriminação ligada a este público, surgiu um movimento de pais e familiares que buscavam meios de garantir a inclusão de seus filhos com deficiência intelectual ou múltipla na sociedade, a fim de que eles tivessem seus direitos iguais a todos os cidadãos.

Neste contexto, foi criada em 1954 a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). O movimento se tornou pioneiro no Brasil, com o objetivo de prestar assistência médica, serviços de educação, suprir as necessidades básicas e lutar pelos direitos, visando sempre a inclusão social.

As autoras Jannuzzi e Caiado (2013) realizaram um estudo sobre a APAE, com o objetivo de entender como a educação dos considerados excepcionais² foi sendo construída como rede paralela à educação regular.

Segundo as autoras, a APAE:

² Excepcionais era o termo utilizado na época da criação das APAEs até os anos 1970 para se referir às pessoas com deficiência.

- Já nasceu fortemente organizada com estatuto, direção estabelecida, sócios, população visada, metas a serem atingidas;
- Tem como eixo principal e aglutinador a família e amigos do excepcional, facilitador de seu trâmite nas diversas camadas sociais. Firma esta característica como garantia de sua especificidade, sua autonomia não transferível à absorção do movimento pelo setor público;
- Tem o mérito, desde sua função, de visar ao atendimento de pessoa com deficiência em todas as suas dimensões sociais: saúde, educação, trabalho, lazer (JANNUZZI E CAIADO, 2011, p.61).

Desde sua criação até o início dos anos 1980, para a maioria das pessoas com diagnóstico de deficiência intelectual, a APAE era a única possibilidade de acesso à escola, ainda que fosse uma escola especial, com organização curricular bastante diferente das escolas dos sistemas regulares de ensino.

Na década de 1960 ocorreu na Europa um movimento para o acesso de pessoas com deficiência ao ensino nas escolas regulares, conhecido como integração. Esse mesmo movimento ganhou força no Brasil na década de 1980. Nessa perspectiva, a matrícula dos alunos da educação especial ficava condicionada à sua capacidade de acompanhar as atividades que eram ministradas nas classes comuns.

No Brasil e em diversos países, a partir da década de 1990 as políticas inclusivas ganharam espaço na política educacional, a partir das orientações advindas de conferências internacionais, principalmente da Conferência Mundial de Educação para Todos que foi realizada em Jomtiem, Tailândia (UNESCO, 1990) e da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, em Salamanca, Espanha (UNESCO, 1994). A escola passou a ser conhecida como um importante espaço de inclusão.

Esse debate ganha muita força no campo da Educação Especial com base na declaração de Guatemala (Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência – OEA, 1999) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU (2007), indicando mudanças significativas nos sistemas de ensino. No Brasil já havia iniciado um processo de “mudança” na maneira de refletir sobre a educação de alunos com necessidades educacionais especiais com consequências importantes na organização das escolas a partir da Política Nacional de Educação Especial (AMÉRICO, 2013, p.4).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN- nº 9.394/96, que foi aprovada em 20 de dezembro de 1996, ao indicar os princípios do ensino, reafirma essa possibilidade de inclusão:

- O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I-igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância (BRASIL, 1996).

Além disso, a educação especial passa a ser definida na LDBEN, no Art. 58, do seguinte modo: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996)³”.

Com a nova definição da educação especial como modalidade de educação, e com a garantia de que ela seria preferencialmente oferecida na rede regular de ensino, passamos a ver a presença das pessoas com deficiência dentro das salas de aula comuns, deixando para as instituições como as APAEs, o trabalho de Atendimento Educacional Especializado. A palavra preferencialmente, citada da Lei, ainda deixa em aberto aos pais a opção pelo tipo de escola em que eles querem matricular os seus filhos.

A partir da LDBEN 9.394/1996, foram definidas diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, por meio da Resolução CNE/CEB nº 2/2001. Nessa Resolução foi prevista uma atuação de diferentes profissionais na escola de educação básica, com o intuito de apoiar pedagogicamente o trabalho do professor da classe comum.

Essa perspectiva de apoio ao professor da classe comum, presente nos documentos de 2001, aparece de outra forma nos documentos posteriores como a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. O apoio pedagógico ao professor para garantir uma perspectiva inclusiva aos alunos com deficiência está centrado em outras estratégias (AMÉRICO, 2013, p.6).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) (BRASIL, 2008) propõe sistemas educacionais inclusivos. Historicamente os sistemas de ensino se organizaram de um modo que delimitava o acesso apenas para grupos privilegiados, mantendo assim um alto índice de pessoas com deficiência em idade escolar fora da escola. Muitos desses sujeitos eram estudantes público alvo da educação especial e se mantinham matriculados em escolas ou classes especiais.

A PNEEPI define a educação especial como “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2008, p.10).

³ As citações da LDBEN 9.396/96 estão de acordo com a nova redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013 (BRASIL, 2013).

Nas escolas de rede pública e nos centros de atendimento educacional especializado públicos ou conveniados é realizado o Atendimento Educacional Especializado (AEE), “que tem como função identificar, organizar e elaborar recursos pedagógicos que possam auxiliar pedagogicamente as necessidades específicas do aluno” (BRASIL,2008).

Esses atendimentos não são substitutivos à escolarização, mas são complementares ou suplementares à formação do estudante.

Nesse modelo de atendimento, o professor do AEE precisa articular seu trabalho a partir da proposta pedagógica do ensino comum. O AEE serve como um apoio ao desenvolvimento do estudante, e é ofertado na própria unidade escolar ou em outra escola ou ainda em instituições conveniadas, sempre no contraturno.

Para esse apoio, é preciso que o professor do AEE tenha conhecimentos específicos:

[no] ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades da vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros (BRASIL, 2008, p.12).

Mas, além do AEE, o documento também aborda outros apoios que devem ser pensados para a escolarização de alunos da educação especial em uma perspectiva inclusiva:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (BRASIL, 2008, p.13).

Considero que temos muitos desafios pela frente. Infelizmente ainda existem muitas instituições de ensino que estão em situação precária, sem nenhum tipo de apoio pedagógico para crianças com deficiência e seus professores.

As classes comuns estão recebendo mais crianças com diferentes condições de deficiência, mas a pergunta que refaço é: será que as nossas instituições de ensino público e privado estão preparadas para receber as crianças com deficiência? O que é estar preparado para essa tarefa?

3. RELATOS DE EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS COM CRIANÇAS DA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Após contextualizar brevemente a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil, nesse capítulo apresento o relato de duas experiências a partir do meu trabalho como auxiliar de classe, com crianças da modalidade EE.

Como indicado anteriormente, essas experiências foram vivenciadas em uma escola particular em Florianópolis. Tais experiências motivaram a definição do objeto desta pesquisa.

3.1 EXPERIÊNCIAS COM LAURA⁴

Depois de um ano de atuação como estagiária em uma escola privada, no meu primeiro dia de trabalho com Laura fiquei bem ansiosa, porque minha única experiência era na EI. A turma aonde iria atuar era em um terceiro ano dos anos iniciais na qual acompanharia especificamente uma criança: Laura, que tinha 10 anos, havia frequentado o turno vespertino e tinha sido transferida para o turno matutino.

Antes do meu início com Laura, participei de uma reunião com a Orientadora e a Coordenadora dos anos iniciais para reafirmar o que já tinha sido dito no dia da contratação em relação aos meus objetivos com a criança: inclusão dela na turma, desenvolvimento da autonomia, cuidados pessoais, autonomia na compra do seu alimento, interação com os colegas, auxílio na organização das suas atividades escolares, acompanhamento nas aulas de educação física, laboratório de ciências, música, passeios, trabalho em conjunto e de forma articulada com a professora responsável da sala de aula, ampliação suas habilidades em busca de uma vida independente.

Em meu primeiro contato com a turma e a professora fiquei um pouco sem saber o que fazer, mesmo com todas as orientações dadas pela Coordenadora e Orientadora. Iniciei no meio do ano, então a turma estava bem articulada, todos já se conheciam e a professora também já conhecia as crianças, as únicas pessoas novas da turma seriam eu e Laura.

Laura tem síndrome de Down. Em nosso primeiro contato encontrava-se quieta em sua carteira e quando me apresentei ela logo pediu que eu me afastasse, então respeitei seu momento retirando-me e observando-a de longe.

Com o passar dos dias fui conhecendo Laura e a turma. Em muitos momentos tive dificuldade de compreender o que ela falava. Todos os dias Laura se ausentava da sala para ir

⁴ O nome fictício foi utilizado para não expor a identidade da criança, até mesmo por respeito a ela.

até o ambulatório. Lá era servido chá para as crianças que tivessem doentes, com alguma dor e Laura dizia que estava com dor de cabeça para ir até o ambulatório. Essas saídas eram em torno de três vezes ao dia, principalmente quando se recusava a fazer as atividades. Em alguns momentos ela pedia para eu me afastar, dizendo: “Ei, psiu! Buna, sai”.

Laura tinha a fala bem comprometida, então eu tinha uma grande dificuldade de compreendê-la. Chorava bastante, e reclamava quando alguém chegasse perto. Quando Laura não estava bem, realizava movimentos repetitivos e, às vezes, ocorriam atos agressivos de sua parte, como bater nos amigos.

Quando não queria realizar as atividades propostas em sala corria para o ambulatório para tomar chá. Na hora do lanche, constantemente ficava isolada. A compra do alimento era feita por algum adulto da instituição, suas escolhas diariamente eram as mesmas: batata, pão de queijo, *nuggets* de frango e seu suco de uva. Sua higiene era acompanhada por mim, pois não a realizava sozinha.

Observando todas essas características que Laura apresentava ao longo dos dias, pude conhecê-la melhor. Esse conhecer facilitou minha aproximação. As observações durante os dias me levaram a questionar sobre como eu poderia trabalhar essa questão do choro, a relação entre ela e os colegas, as atividades de higiene, entre outras, já que minha função era de auxiliá-la.

A partir das observações, questionamentos e anotações, o primeiro passo foi pensar em estratégias para a interação de Laura com os colegas dentro de sala de aula. Todas essas ideias foram articuladas juntamente com a professora da turma.

A turma não aceitava Laura nos grupos, quando a entrada dela era solicitada em algum grupo as próprias crianças a excluía, dizendo que não dava, que o grupo já estava cheio e que conseguiam realizar suas atividades sozinhos.

Muitas das atividades que as demais crianças realizavam em pequenos grupos foram realizadas por Laura junto comigo. Então, percebendo que todos esses acontecimentos estavam presentes a professora da turma fez uma conversa com as crianças explicando o que ela havia percebido nas atitudes deles com Laura.

Depois da conversa, as meninas da sala tomaram a iniciativa de chamar Laura para participar das atividades em conjunto. A felicidade de Laura com a atitude das colegas foi extrema, falando “ei, psiu, Bruna, amiga”.

A iniciativa não repercutiu somente dentro de sala, mas se expandiu para um momento em que Laura ficava muito isolada: a hora do lanche. Na sala as meninas se organizaram em

um mutirão, na qual todas realizariam o lanche coletivo. Laura passou a pertencer e se enturmar aos poucos.

Todos esses esforços levaram um tempo para acontecer, mas a partir dessa iniciativa, não somente minha e nem mesmo da professora, mas do grupo em si, fez com que outros integrantes da turma também percebessem esse acolhimento que o grupo das meninas proporcionou para Laura. O outro grupo que se mantinha afastado começou a se aproximar, tornando-se mais acolhedor, chamando não somente Laura, mas outras pessoas também que, muitas vezes, eram deixadas de lado pelo fato de não gostarem de um dos colegas da sala.

Ao longo desse processo Laura foi mudando suas atitudes dentro de sala, principalmente em relação aos colegas, ela queria estar mais próxima de todos. Quando chegava na sala de aula já escolhia o seu lugar ao lado de algum colega.

O choro foi diminuindo até que percebemos que ela chorava somente quando estava sentindo alguma dor ou sono, os assobios que eram constantes foram diminuindo. Às vezes acontecia de Laura querer assobiar, mas quando pediam para parar ela aceitava o que era dito.

O lanche passou a ser em conjunto com os colegas da sala. As próprias crianças antes de sair já se organizavam para levar Laura para comprar o lanche junto com eles. Esse processo dela mesma comprar seu lanche foi muito interessante, pois Laura começou a perceber que os colegas compravam lanches sozinhos. Ela queria comprar o seu lanche sozinha, sem a nossa ajuda, então a autonomia começou a aparecer.

A primeira etapa do trabalho foi vencida, mas ainda tínhamos muitos desafios pela frente, que teriam que ser pensados em conjunto. Laura não realizava sua higiene pessoal sozinha, então toda vez que nós íamos ao banheiro eu explicava e mostrava para ela o modo que teria que fazer para realizar sua higiene. Ao poucos ela foi aprendendo e depois de tantas explicações Laura iniciou seu processo de higiene pessoal sozinha.

Laura tinha muita dificuldade de acompanhar a turma em relação aos conteúdos do terceiro ano, visto que ela não tinha aquisições básicas de leitura e escrita, não resolvia cálculos matemáticos, entre outras atividades de sala. Eu, sendo estagiária, comecei a perceber que Laura queria receber os mesmos deveres, igual aos colegas. Ela chorava quando sua atividade de casa era diferente. A professora também percebeu.

O planejamento era voltado para a turma, mas Laura não conseguia acompanhar o que estava sendo ensinado em sala. Eu tinha acesso ao planejamento somente no dia da aula, então quando eu chegava na sala perguntava para a professora quais seriam as atividades daquele dia, para que eu pudesse organizar alguma atividade para Laura.

As atividades geralmente eram realizadas em folhas, materiais simbólicos⁵, caderno de desenho, caderno de deveres, sempre com o tema da aula. Em uma reunião foi decidido que Laura iniciaria um trabalho com atividades pedagógicas lúdicas⁶ voltadas para crianças de quatro anos.

Passando alguns meses Laura começou a demonstrar seu interesse pelo Sítio do Pica-Pau Amarelo. Diante desse interesse resolvi criar um projeto do Sítio com ela, no qual foi confeccionado um livro artesanal, o Sítio da Laura, com informações a partir dos assuntos abordados no planejamento da professora. Como, por exemplo, a aula de Ciências que tratava dos animais, Geografia, Português, Matemática, tudo aquilo que fazia parte da aula daquele dia. Saímos das atividades de EI e fomos para os anos iniciais.

No vivenciar que fui compreendendo qual o sentido de inclusão escolar das crianças com deficiência. A inclusão vai muito além do acolhimento, a criança independente de suas características merece condições efetivas de aprendizagem e o direito do seu desenvolvimento e de suas potencialidades.

Foi um grande desafio para mim, principalmente sendo estagiária, pois em sala de aula você tem que dar jeito em muitas situações que aparecem. Desenvolver estratégias é um dos fatores principais e que contribuem muito dentro da sala de aula.

Quando temos uma criança com deficiência, temos o desafio de formar e contribuir para que na sala de aula ela tenha um espaço onde aconteça avanços e transformações, mesmo que sejam pequenas.

É possível realizar a inclusão da criança em sala de aula, só que esta inclusão não parte somente dos profissionais que atuam dentro da sala, mas sim de todos que estão fazendo parte do cotidiano escolar, cada um tem sua contribuição, a qual pode estar fazendo com que outras crianças também se sintam pertencentes ao meio escolar.

É um trabalho árduo e não existe receita pronta, você precisa desenvolver muitas habilidades para perceber quais são as principais necessidades que aquela criança está apresentando. Além disso, é importante destacar que todas as crianças precisam ser incluídas, não só as da educação especial.

A partir desse trabalho de acolher, respeitar, observar, a turma reconheceu as diferenças de cada criança ali presente.

⁵ Ferramenta para desenvolver o conhecimento e o pensamento da criança.

⁶ Coleção Pai e filho, esse material era voltado para crianças de Educação Infantil de quatro anos.

Tivemos que adotar novas práticas pedagógicas em relação aos conteúdos e atitudes dentro de sala de aula. Foi um grande desafio efetivar todas essas mudanças na sala, não foi uma tarefa fácil, visto que precisou ser realizada por todos que integram a escola.

A experiência que pude vivenciar com Laura me fez crescer e aprender em todos os aspectos. Ela me ensinou a ter paciência, pois nem tudo era no meu tempo, eu aprendi a respeitar o tempo dela, tempo este que articulava nas atividades, que em alguns momentos não conseguíamos concluir, às vezes por ela estar com sono ou chorosa.

Aprendi a ter um olhar mais sensível e cuidadoso, com muito afeto envolvido. Foi um grande aprendizado trabalhar com Laura, principalmente porque eu não tinha experiência anterior.

3.2 EXPERIÊNCIAS COM ROMEU⁷

No ano de 2017 permaneci no terceiro ano do ensino fundamental, onde pude conhecer o Romeu, que tinha 10 anos e passou da turma do segundo ano para o terceiro. Ao iniciar o ano letivo, fiquei sabendo que iria auxiliar a turma, principalmente Romeu.

Conhecia Romeu somente pelos corredores da escola, em alguns momentos o vi batendo, mordendo, puxando o cabelo da professora e da sua auxiliar. Muitas auxiliares haviam desistido de trabalhar com Romeu, elas não estavam aguentando, pois Romeu em alguns momentos era agressivo. Essas agressões muitas vezes ocorriam por conta de uma dor conhecida como Neuralgia do Trigêmeo⁸, que em alguns momentos fazia com que ele tivesse crises.

Romeu tem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Quando soube deste diagnóstico, resolvi pesquisar o que seria o TEA, para compreender o que seria.

No primeiro dia de aula de Romeu, deixamos ele à vontade para explorar o seu novo espaço que ali se encontrava, a turma já o conhecia, então foi mais fácil, porque as próprias crianças tinham uma preocupação com o Romeu.

A professora que assumiu a sala deixou claro desde o primeiro dia de aula que eu poderia contar com ela para tudo e que todos os nossos trabalhos seriam em conjunto e não

⁷O nome fictício foi utilizado para não expor a identidade da criança, até mesmo por respeito a ela.

⁸ [...] Esse distúrbio causa episódios de dor repentina e intensa em um lado do rosto, normalmente nos olhos, lábios, nariz, couro cabeludo, testa, e/ou mandíbula. A dor é comparada a um choque doloroso, intenso e incapacitante, que pode durar segundos, minutos ou até horas, e pode ser desencadeada por ações rotineiras. A dor pode se fixar em um ramo ou se distribuir de acordo com o ramo afetado isso ocorre pelo fato do nervo afetado ser sensível (CAPRONI, 2017).

distintos. Ela compartilhou comigo que também não havia tido contato com Romeu e que seria uma nova experiência tanto para ela quanto para mim.

A professora gostava muito de desafios e eu também, portanto isso facilitou muito o nosso trabalho de motivação em ajudar o Romeu e as outras crianças que haviam iniciado no terceiro ano dos anos iniciais.

No início ele tinha dificuldade de identificar sua carteira, pois entrava e olhava para a sala procurando um lugar. Percebendo sua falta de autonomia, estudamos uma estratégia para que ele pudesse encontrar o seu lugar mais facilmente. Confeccionamos tiras com o nome dele e colamos no encosto da cadeira. Foi assim que o Romeu foi aprendendo e percebendo aonde era o seu lugar.

Tivemos que pensar vários modos pelos quais Romeu pudesse ficar bem e se adequar às rotinas. Observamos que ele não gostava de ficar dentro de sala, muitas vezes saía para dar voltas no corredor, queria sempre estar dentro da sua antiga sala, na capela ou na sala ao lado onde vi que se sentia acolhido e confortável naquele ambiente, por conta de que não tinha barulho nesses espaços.

A questão maior foi pensar um jeito para que ele se sentisse mais acolhido dentro da nossa sala e que não ficasse andando pelos corredores. Foi a partir desse ponto que pensamos em modificar sua rotina e ver se ele aceitaria ou não.

Nos primeiros dias foi muito difícil porque como ele se acostumou a andar nos corredores ele não queria mais voltar em direção à sala e quando questionado do porquê ele estava saindo de dentro da sala ele respondia da sua forma, ou seja, batendo, mordendo, se jogando no chão, chorando. Essas atitudes não eram por conta da Neuralgia do Trigêmeo, mesmo assim nos mantivemos firmes, começamos a nos impor explicando que não era somente do jeito dele, mas do nosso também.

Fomos contra a sua resistência, mostrando que ele tinha uma rotina e que era preciso fazer sim! E foi daí em diante que começou o processo de apresentação da rotina.

Mesmo Romeu resistindo e muitas vezes não querendo seguir a rotina proposta não desistimos, continuamos firmes para ele perceber que a situação não estava mais no seu comando e sim no nosso.

Criamos uma tabela de rotina, a qual Romeu teria que seguir: dar bom dia, guardar sua mochila, ir até o quadro onde eram definidas suas atividades do dia. Mesmo com a rotina programada Romeu insistia em sair da sala de aula.

Fomos observando que cada vez que íamos buscá-lo nas salas ao lado ele se encontrava em um tapete cheio de livros ao seu redor. Percebemos que faltava na nossa sala

um cantinho da leitura. Assim, criamos um com uma linda cesta cheia de livros, almofadas e um espelho. Depois que organizamos esse cantinho Romeu passou a permanecer na sala de aula.

Romeu não escrevia, mas adorava ler.

A partir dessa observação, fui fazendo anotações sobre o modo diferente de aprender de Romeu. Ele acompanhava as aulas, mas do jeito dele. Romeu não gostava de sentar na carteira, ele chorava muito quando era posto sentado lá. Ele mesmo nos mostrou que se sentia melhor no tapete, do próprio tapete ele prestava atenção no conteúdo. Romeu era muito carinhoso, ele deixava eu me aproximar com facilidade, então comecei a ter mais contato com ele, conhecendo-o mais e fui anotando quais questões eu poderia estimular mais, claro com a permissão da professora e partindo do planejamento dela.

Fiquei com essa inquietação e fui pensando no que eu poderia ajudar Romeu na realização das atividades articulando sempre com o planejamento e a partir das suas características. Uma delas foi fundamental: música. Romeu se identificava muito, estava sempre cantando, adorava o Trem da Alegria, música do Beto Carrero, entre outras que estavam contextualizadas em seu repertório.

Romeu precisava de alguém do seu lado para esclarecer os conteúdos mais específicos e direcionados como, por exemplo, Matemática. Ele precisava de uma explicação mais detalhada, de um tempo maior para compreender os conteúdos. Algo que ele aprendeu muito bem foi a sequência dos números depois do vinte. Antes ele dizia que o vinte um era dois um, dois-dois, dois-três, então percebendo essa questão, buscamos no Material Dourado trabalhar a quantidade, figuras dos números, material de lixa que representa os números, além disso objetos que pudessem identificar o volume e o principal, que foi nosso ganho maior, a música dos números, que continha música e figura.

As atividades propostas a Romeu eram sempre articuladas com o mesmo conteúdo do planejamento da professora para o grande grupo. Como ele não escrevia, substituímos o lápis pela escrita no computador, *tablet*, alfabeto móvel, materiais simbólicos. Esta atitude facilitou o processo de aprendizagem de Romeu. Havia momentos em que Romeu não queria realizar as atividades propostas do dia, às vezes por conta da dor, ou quando não tinha tido uma noite de sono prolongada. A partir da convivência com ele fui aprendendo quando estava cansado, alegre, com dor. Quando percebíamos que ele não estava bem, procurávamos não forçar nada, deixando-o à vontade no tapete ou em outro lugar onde se sentisse bem.

Romeu gostava de comer salgadinho sem glúten e sem lactose, sua alimentação era bem restrita e cuidadosa. No ano anterior ele realizava as atividades e ganhava um salgadinho,

então estava acostumado com essas trocas. Em muitos momentos das atividades chorava quando terminava de realizar, mas eu não entendia o que estava acontecendo.

Depois de uma conversa com a professora fui compreender o porquê dos choros. No começo eu dei salgadinho para ele, com o passar dos dias fui diminuindo a quantidade, até o dia que parei de dar salgadinhos para Romeu. Então ele parou de pedir.

Outro fato é que Romeu não gostava de sentar na cadeira, que parecia ser desconfortável pra ele. Trocamos a cadeira por outras, mesmo assim não foi o suficiente, os gritos por estar sentado permaneciam. Outras vezes puxava meu cabelo, mordida, só para não sentar ou realizar alguma atividade proposta. Mesmo assim, eu esperava ele se acalmar para realizar a atividade planejada daquele dia.

Só não realizava as atividades caso ele chegasse à sala com dor, sono ou cansaço. Ao longo do tempo fomos conhecendo o Romeu, o que ele gostava, quais eram os personagens, lugares, objetos que ele realmente gostava de trabalhar.

Criamos o primeiro projeto com ele, que foi o “Corpo Humano”. Era o mesmo projeto que a turma estava trabalhando, mas de uma forma diferente e articulada. Romeu gostava de tocar nas coisas, observar mais de perto tudo o que pegava e principalmente colocar tudo na boca.

O papel pardo foi a nossa iniciativa, realizar as atividades onde elas pudessem ter um significado mais concreto para ele. Essa forma foi pensada porque Romeu adorava observar e tocar nas atividades das outras turmas que estavam em papel pardo e a maioria expandido em imagens grandes, então a partir dessa demonstração, percebemos que havia um modo para que ele pudesse aprender sobre o conteúdo, pois Romeu é uma criança extremamente inteligente, que aprende muito rápido, observa tudo ao seu redor.

Algumas dificuldades apareceram no caminho. Romeu sentava em roda por minutos e logo voltava para o seu tapete, mas lá do tapete mexendo em seu livro ele prestava atenção em tudo que a professora estava explicando, em alguns momentos repetia o que a professora estava explicando em sala.

Já sabíamos que ele gostava de mexer com tinta e que tinha uma memorização e fixação excelente. Então resolvemos fazer o mesmo projeto da turma sobre o corpo humano, onde no final ele teria que explicar o que tinha feito.

Deitei-o em um papel pardo e fiz o desenho do contorno do corpo dele. Ele ficou feliz da vida, depois do desenho reforcei a explicação do Corpo Humano, com outros tipos de materiais como: vídeos mostrando o corpo humano por dentro e por fora, fotos, livros e

materiais sensoriais para que ele pudesse colar no corpo humano desenhado a partir dele, assim o corpo foi ganhando forma, foi sendo construído um dia após o outro.

Ao longo dos dias ele mesmo foi demonstrando interesse pelo conteúdo e as atividades que foram propostas e o melhor de tudo era que a turma estava ansiosa para ver como havia ficado o trabalho que Romeu realizou. Romeu conseguiu aprender todas as partes do corpo humano e apresentou para turma o seu trabalho.

Vendo e participando de todos esses avanços iniciamos outro projeto do planejamento: “Os Cinco Sentidos”, que abordava a continuação do corpo humano, até mesmo a mãe dele entrou em parceria conosco trazendo balas comestíveis que ele pudesse ingerir. Foi uma grande satisfação iniciar esse projeto, vimos que realmente estava dando certo.

Esse trabalho foi realizado igual trabalho de formiguinha, aos poucos, com calma. Muitas vezes não sabíamos se daria certo, mas só o fato de tentar e ver o resultado e os ganhos que Romeu ia adquirindo, era muito gratificante. O projeto “Os Cinco Sentidos” deu muito certo. Pegamos materiais que pudessem estimular e representar os nossos sentidos.

Tendo os objetos em mãos fez com que ele mantivesse o interesse pelo trabalho. Foi mais uma conquista ganha nesse projeto, pois os avanços foram muito rápidos perante os assuntos abordados.

O terceiro ano trabalha muito com projetos, os quais englobam diferentes assuntos, então cada vez que se iniciava um novo projeto a turma ficava ansiosa para saber qual seria o tema.

Dessa vez o projeto se chamava “Vegetação”, no qual confeccionamos uma maquete com a turma. Naquele dia Romeu sentou na roda sem chorar, mas por muitas vezes gritava, cantava o trem da alegria, as músicas do Beto Carrero, ficava se jogando em cima dos colegas do lado, ou mordida os dedos das mãos.

As crianças ficaram assustadas vendo aquela situação, mesmo assim todos prestaram sua solidariedade, dando carinho e dizendo que iria ficar tudo bem.

Era uma turma muito acolhedora, que ajudava da melhor maneira possível para ver o bem de Romeu. Então naquele dia da maquete a professora da sala colocou Romeu em seu colo para que ele pudesse prestar atenção e tocar nos materiais, mas isso ocorreu cerca de 5 minutos, em seguida Romeu puxou o cabelo da professora. Motivo: ele não queria ficar na roda e sim no seu tapete.

Quando foi para o seu tapete se acalmou, não gritando e mexendo com seus livros. A maquete foi finalizada por outros integrantes da turma, Romeu não quis participar, então respeitamos o seu momento.

Nas explicações sobre o assunto da maquete ele somente observava do tapete, não queria sentar na roda, nem mesmo na cadeira para ouvir o que estava sendo explicado naquele momento. Foi partindo dessa demonstração que elaboramos uma maquete confeccionada por ele mesmo no papel pardo. Praticamente todos os trabalhos eram feitos ampliados, Romeu gostava de trabalhar no papel maior para depois apresentar pra turma.

Foi todo um processo, todos os dias uma parte do projeto vegetação era construído, usamos muitos materiais que fazem parte do dia-a-dia dele, até mesmo as figuras que fazem parte do cotidiano como o Beto Carrero, fotos do Maciço do Morro da Cruz, onde mostra as casas em meio a vegetação. Vimos o quanto Romeu aprendeu sobre a vegetação e como ele se desenvolveu todos os dias.

Pude aprender muito com Romeu, principalmente a respeitar os seus momentos de dor, choro, cansaço, crises, percebi que cada criança, independentemente de suas especificidades e deficiência, tem sua singularidade, ou seja, cada criança é diferente da outra.

Diante de muitos erros e acertos pude me deparar com a realidade da inclusão de crianças da modalidade educação especial na classe comum e em alguns momentos o quão complexa é a prática pedagógica.

As experiências com a Laura e o Romeu me fizeram entender que não somente eles, mas todas as crianças são cidadãos com direitos e deveres. Cada um deles são sujeitos que se constituem nas relações sociais e estão em permanente transformação, por isso é dever nosso como educadoras levar-lhes procedimentos adequados ao ensino, conhecimentos e métodos, garantindo a formação de todos.

Receita pronta? Não temos!!!

Todos são crianças e merecem muita atenção, o trabalho docente é essencial, mas é indispensável que toda a comunidade escolar seja responsável pela sua educação.

4. O TRABALHO DOCENTE DA PROFESSORA E DA AUXILIAR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O trabalho docente é entendido como aquele que a professora realiza dentro da unidade escolar, sendo que sua atuação não se resume ao ensino de disciplinas. O docente é um profissional reflexivo, um intelectual que participa das decisões em todas as áreas que constituem o seu trabalho.

Trata-se de uma categoria que abarca tanto os sujeitos que atuam no processo educativo nas escolas e em outras instituições de educação, nas suas diversas caracterizações de cargo, funções, tarefas, especialidades e responsabilidades, determinando suas experiências e identidades, quando às atividades laborais realizadas (OLIVEIRA, 2010, p.1).

A docência realizada na escola não está diretamente ligada somente à professora, mas, outros sujeitos que se constituem dentro da unidade escolar também fazem parte do processo educativo. “[...] Pode-se, assim, considerar sujeitos docentes os professores, educadores, monitores, estagiários, diretores, coordenadores, supervisores, orientadores, atendentes, auxiliares, dentre outros (OLIVEIRA, 2010, p.1)”.

O trabalho da professora não está configurado apenas à sala de aula, ele tem outras funções dentro do espaço escolar como: o cuidado, a atenção e outras atividades que envolvem educação e o ensino.

[...] Se considerarmos que o termo docência, originado do latim, significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender, podemos afirmar que o trabalho docente é o que se realiza com a intenção de educar. Assim, o que define o trabalho docente não são a formação específica e o estatuto profissional ou certificado que foi conferido ao sujeito, mas seu labor, sua experiência no processo educativo no lugar de quem educa ou contribui para (OLIVEIRA, 2010, p.1).

Quando o termo docente é citado, os primeiros sujeitos a serem lembrados são as professoras. São elas quem encarnam o ato educativo, são responsáveis por formar pessoas para a vida e para a cidadania. Mesmo com tantas responsabilidades a professora acaba sendo responsável pelo desempenho dos alunos.

Diante de tudo que foi afirmado anteriormente, fica claro que o trabalho docente não é somente aquele realizado pela professora e sim todo o trabalho dos diferentes profissionais que contribuem para os processos de ensino-aprendizagem dentro da unidade escolar.

4.1 A ATUAÇÃO DA PROFESSORA JUNTO COM A AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A professora exerce um papel fundamental no processo de formação dos sujeitos. No âmbito da educação, falar sobre a atuação da professora na sala de aula comum me fez refletir sobre minha formação no curso da Pedagogia.

Por muitas vezes eu me questioneei sobre como a professora se organiza para dar conta de tudo o que acontece dentro da sala de aula, principalmente com as crianças da modalidade EE.

Algumas professoras da classe comum têm receio em receber uma criança da modalidade EE em suas salas. Muitas preferem a presença da auxiliar EE, alegando não saberem trabalhar com crianças com características tão específicas. A grande maioria não tem conhecimento do que pode ser trabalhado em termos pedagógicos com crianças da modalidade EE. A falta de conhecimento relacionado com a área da Educação Especial faz com que as professoras permaneçam angustiadas em busca de orientação (SCHREIBER, 2017).

Para problematizar essa dificuldade que muitas professoras têm em trabalhar com crianças da modalidade de EE, busquei como apoio o trabalho de dissertação de mestrado de Schreiber (2012), que me fez refletir sobre a minha experiência com crianças dessa modalidade.

Mesmo estando em sala de aula, algumas professoras e auxiliares de EE trabalham de modo distante, é difícil encontrar professoras e auxiliares que trabalham em conjunto. A auxiliar geralmente fica acompanhando a criança da modalidade EE, acompanhamentos estes que resultam em ações de cuidado.

A responsabilidade pelo trabalho pedagógico não é somente da professora, pois ela não é a única com função docente na escola. O trabalho pedagógico perpassa por outros profissionais como os que compõem a coordenação pedagógica, os auxiliares de classe, as professoras de educação especial.

Cada professora tem sua forma de elaborar o seu planejamento. No momento da elaboração, a professora precisa considerar e perceber quais são as necessidades de aprendizagem das crianças.

A escolha dos conteúdos não é realizada individualmente pela professora, ela precisa “seguir algumas determinações, como, por exemplo, aquelas presentes na Matriz Curricular e no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição na qual leciona” (SCHREIBER, 2017, p.169).

É fundamental evitar a responsabilização que recai sobre a professora pelo trabalho realizado na classe comum. Na minha experiência como auxiliar de classe, a professora não

tinha um tempo em que pudesse sentar comigo para conversar sobre o trabalho pedagógico e a elaboração do planejamento. O tempo que sobrava era utilizado para a realização de outras atividades que estavam pendentes como: avaliar o processo de ensino e aprendizagem de cada criança, corrigir, organizar apresentações das datas comemorativas do calendário escolar. A grande maioria acaba utilizando o seu tempo de descanso para elaborar outras atividades que não realizou dentro da classe comum, assim tendo que conciliar a sua vida pessoal com a unidade escolar.

Schreiber (2017) em sua pesquisa relata que em uma classe do ensino fundamental, situada em uma escola da rede municipal de ensino de Florianópolis, um professor regente da classe do 1º ano utiliza o seu horário de almoço para se deslocar em média trinta e seis quilômetros até a unidade educativa, na qual atua no período vespertino, o que demonstra que esse período não é utilizado para almoçar ou descansar. Percebe-se uma precarização no trabalho docente.

É difícil encontrar professores que preparam seu planejamento pensando na especificidade de cada um da turma. É muito comum o planejamento ser igual para todos, sem a preocupação de prever atividades em que todos possam participar.

Schreiber (2012) e Américo (2013) indicam que a auxiliar de EE ou profissional de apoio, em algumas redes de ensino, não participa da elaboração do planejamento, então quando chega na sala de aula ela tem dificuldade de compreender qual a organização que a professora planejou para aquele dia.

Por essa falta de articulação entre professora e auxiliar, a criança tende a fazer outras atividades que não estão previstas no planejamento.

É comum a auxiliar realizar atividades diferenciadas com as crianças da modalidade EE. Muitas vezes o trabalho é realizado fora de sala de aula ou distante dos outros colegas da turma, e sempre com a auxiliar acompanhando. Na maioria das vezes a professora regente acaba não acompanhando o trabalho da auxiliar por conta das outras demandas que surgem dentro da sala de aula.

Schreiber (2017), a partir da observação de uma sala de aula do primeiro ano, afirma que:

[...] apesar de a auxiliar não participar do processo de elaboração do planejamento, é ela quem desenvolve com a aluna da modalidade EE as atividades pedagógicas encaminhadas pelo professor regente, que estruturou o planejamento, mas não se dirige à aluna durante o andamento da aula. Isso conduz ao seguinte questionamento: se o planejamento permite ao professor repensar a sua ação pedagógica de modo a contemplar todos os alunos no

processo de ensino e aprendizagem, como é possível fazer tal reflexão sem se dirigir a eles durante a aula? (SCHREIBER, 2017, p.152).

Além disso, a autora traz que:

Compreende-se que se a auxiliar de ensino de Educação Especial se mantém durante todo o período da aula ajudando a aluna da modalidade Educação Especial, ela dispõe de informações suficientes para avaliar o que é necessário repensar em termos de trabalho pedagógico para essa aluna. No entanto, essa possibilidade é anulada pelo fato de não participar da elaboração do planejamento, o que torna coerente colocar em questão a forma como as dificuldades e necessidades da aluna serão contempladas na classe comum (SCHREIBER, 2017, p.152).

Em minha experiência como auxiliar de EE, participei poucas vezes da elaboração do planejamento das atividades. Pela manhã, após a elaboração do planejamento a professora esclarecia o que seria proposto naquela semana para todas as crianças. A partir do planejamento realizado pelas professoras do terceiro ano, fui criando, juntamente com as crianças da modalidade EE, atividades mais próximas do que estava sendo trabalhado com a turma pela professora. Foi a partir da minha iniciativa que eu olhava o planejamento e elaborava, na hora, atividades que pudessem ser coerentes com aquilo que a professora estava trabalhando.

Ou seja, eu procurava adaptar atividades que não fugissem do conteúdo que as demais crianças estavam aprendendo. Nunca achei justo ter que retirar a criança de dentro da sala de aula porque ela estava gritando ou incomodando algum colega de sala. Acredito que há outras maneiras de lidar com as especificidades da criança.

Mesmo sendo uma maioria das professoras que tem dificuldade em trabalhar com a auxiliar e a criança da modalidade EE, não podemos generalizar. Schreiber (2017) demonstra essa possibilidade em seu trabalho.

Na classe do 3º ano se verificou, em uma das aulas, o incentivo por parte da professora regente para que o aluno da modalidade Educação Especial participasse de uma atividade prática envolvendo noções de lateralidade. Na segunda etapa desse exercício, que exigia o uso da escrita, a docente construiu oralmente com o aluno a resposta da questão e em seguida solicitou a ele que a sistematizasse no caderno, mas, ao se deparar com a resistência do educando em fazer o que havia sido solicitado, optou por escrever para o aluno a resposta da questão (SCHREIBER, 2017, p.154).

Schreiber destaca outros aspectos importantes a serem analisados na situação descrita, pela falta de experiência da professora que teve como iniciativa ajudar o aluno:

Essa atitude conduz a algumas reflexões, porque, por um lado, percebe-se que a professora adotou uma estratégia para que o aluno participasse da atividade que estava sendo desenvolvida com a classe, mas, por outro, a sua ação não permitiu que ele avançasse diante das dificuldades relacionadas com a escrita. [...] Entende-se que a continuidade do exercício possibilitaria

ao professor avaliar a escrita do aluno para posteriormente elaborar um planejamento voltado para a superação das dificuldades identificadas. (SCHREIBER, 2017, p.154).

Ainda sobre a mesma situação descrita, a autora traz uma questão importante sobre o planejamento:

[...] Tal situação também suscita o seguinte questionamento: é possível traçar um planejamento que contemple a alfabetização e os conteúdos referentes à etapa de ensino do 3º ano? Para atingir esse objetivo, considera-se fundamental a participação das auxiliares de ensino de Educação Especial no processo de construção do planejamento, pois o desconhecimento do que será trabalhado com os alunos as impede de organizar anteriormente, por exemplo, estratégias de mediação pedagógica que articulem conteúdos básicos de alfabetização com conteúdos específicos do 3º ano. (SCHREIBER, 2017, p.154).

Mais uma vez destaco que na minha experiência como auxiliar, a professora nem sempre conseguia dar conta das demandas da sala de aula. Então eu a auxiliava na realização de outras tarefas como: correção de cadernos, auxiliar as outras crianças nas tarefas pedagógicas, realização de chamada, substituição de professores ou auxiliares que faltam, entre outras atividades que possam ajudar no cotidiano escolar.

Se a auxiliar de EE também é um docente, em algumas redes inclusive com formação em educação especial, não poderia ser ela uma parceira da professora também para discussão de questões pedagógicas?

A professora carrega uma responsabilidade muito grande dentro do contexto escolar. Essa profissional tem muitas atividades a serem realizadas, mas a precarização das condições do trabalho docente afeta o seu serviço.

Em muitas escolas a hora atividade é no momento das disciplinas em que a professora não está com sua turma como: aula de Inglês, Artes, Educação Física, que duram em média 50 minutos por dia. A professora tem que corrigir caderno, prova, atender pai, tudo dentro desse tempo.

Infelizmente essas são as condições de trabalho que encontramos nas unidades escolares, não são em todas, mas em uma boa parte delas. Onde que se encontra a garantia do ensino de qualidade das nossas crianças? Que ensino é este que não está respeitando a especificidade dos outros? Essa situação não é observada apenas com as crianças de EE, mas também com todas as outras da classe comum. Em alguns momentos essas acabam não tendo a atenção necessária da professora, pois a demanda das crianças é tanta que a própria professora não consegue dar conta.

Percebendo a precarização das condições do trabalho da professora por excesso de atribuições e pela falta de articulação entre o trabalho dela e da auxiliar de EE, me questiono: como as políticas educacionais podem cobrar tantas atribuições da professora e da auxiliar EE se o próprio sistema está precarizado?

4.2 QUEM É A AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL?

Para responder essa pergunta pesquisei nos documentos oficiais e trabalhos acadêmicos informações e discussões que me possibilitassem a compreensão de quem é a auxiliar de EE, quais suas atribuições, o porquê das diferentes nomenclaturas e qual a sua função dentro da sala de aula.

A atuação da auxiliar de EE é muito recente no ambiente escolar. Talvez por ser nova, ou também por diferentes interpretações sobre sua atuação, encontramos diferentes nomenclaturas e uma variedade de atribuições para esse profissional.

[...] a função de apoio presente na proposta de 2001, apreendida via a noção de “apoio pedagógico especializado” e que tinha a classe comum como locus de atuação, prevendo, em tese, a presença de professores de educação especial para um potencial trabalho pedagógico colaborativo, foi redefinida pela retirada de seu conteúdo pedagógico. A nova função de apoio na classe comum também não manteve um caráter especializado (GARCIA, 2016, p.16 e 17).

Essa função passou a ser voltada para cuidados com higiene alimentação e locomoção (BRASIL, 2008). Cada vez mais as redes públicas estão dispondo de profissionais sem formação pedagógica nas classes comuns de ensino. Algumas prefeituras e escolas aceitam estudantes de cursos de licenciatura da 4º fase em diante para atuar com crianças da modalidade EE.

Muitas das estudantes não possuem a formação concluída para atuar com alunos da modalidade EE, mas algumas instituições acabam contratando essas profissionais como estagiárias, pagando pouco e tendo um trabalho precarizado e sem formação suficiente.

A Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 (BRASIL, 2010), prevê a disponibilização de profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento que estejam matriculados nas escolas comuns das redes públicas de ensino.

Esses profissionais são apresentados como necessários para “a promoção da acessibilidade e para o atendimento e necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção” (BRASIL, 2010). O documento prevê em âmbito nacional a atuação do segundo

profissional dentro da classe comum de ensino diante da presença de estudantes da modalidade EE.

Américo (2013) faz uma análise dos documentos nacionais desde 2001, onde aparecem referências do profissional e/ou apoio aos alunos da educação especial. Apresento abaixo o quadro comparativo organizado pela autora, no qual ela destaca em cada documento qual a nomenclatura utilizada e as atribuições desses profissionais. Esse quadro foi ampliado com a inserção de referências da LBI, que define as atribuições do profissional de apoio escolar.

Quadro 1- Documentos nacionais que apresentam o profissional/apoio da modalidade educação especial

DOCUMENTO	PROFISSIONAL	ATRIBUIÇÕES
Resolução CNE/CEB nº 02/2001	Não se refere ao profissional, mas à necessidade de apoio.	Disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.
Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	Monitor ou Cuidador	Apoio aos estudantes da educação especial em diversas atividades, como exemplo, higiene, alimentação, locomoção, entre outras ações que demandam auxílio constante no espaço escolar.
Resolução CNE/CEB nº 4/2009	Outros profissionais da educação	Atuam no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção.
Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010	Profissionais de apoio	Atendimento a necessidades específicas dos estudantes referentes aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção.
LBI Nº 13.146, 6 de julho de 2015	Profissional de apoio escolar	Pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (Brasil, 2015).

Fonte: BRASIL (2001, 2008, 2009, 2010) *apud* AMÉRICO (2013, p.19) e Brasil (2015).

A autora mostra que em 2001 aparece a necessidade de apoio à aprendizagem dos estudantes da EE em sala de aula, mesmo sem especificar quem seria o profissional responsável por esse apoio. A partir da PNEPEEI (2008), a necessidade de apoio é voltada para o cuidado. De acordo com esse documento, cabe aos sistemas de ensino:

[...] ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/interprete de Libras e guia-intérprete, bem como do **monitor ou cuidador** dos estudantes com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (BRASIL, 2008, sem grifos no original).

O auxiliar de EE/monitor ou cuidador acabou perdendo a sua função pedagógica tal como estava prevista na Resolução CNE/CEB nº 02/2001.

Na LBI, mais uma vez as atribuições do auxiliar de EE (nessa lei denominada profissional de apoio escolar) estão voltadas ao cuidado de alunos da EE.

Mesmo tendo como embasamento os trabalhos acadêmicos, foi feita uma pesquisa em editais dos municípios de Florianópolis e São José⁹, os quais destacam quem são os auxiliares da EE e quais suas funções e atribuições. Verifiquei as mesmas informações também no documento Descrição de Cargos da escola na qual atuo como Auxiliar de Classe.

O auxiliar de EE é conhecido por diversas nomenclaturas tais como monitor, cuidador, auxiliar de classe, professor auxiliar, segundo professor, professor de educação especial, auxiliar de ensino de educação especial, auxiliar de ensino para educandos com deficiência, estagiário, atendente, auxiliar. “Esses profissionais, em sua maioria, assumem o mesmo cargo, com funções semelhantes, sendo diferenciados, às vezes, em algumas posturas e atuações referentes ao que é demandado pelo contexto de trabalho ou pelas redes de ensino que os contratam” (LOPES, 2018, p.21).

A condição para a presença do auxiliar de EE depende da definição de cada rede de ensino ou escola privada. Nas redes públicas é comum seguir o que está definido na Nota Técnica 19/2010: “A demanda de um profissional de apoio se justifica quando a necessidade específica do estudante, público-alvo da Educação Especial, não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes” (BRASIL, 2010).

⁹ Na primeira busca a editais de processos seletivos e concursos públicos para esse cargo em redes municipais da Grande Florianópolis, os únicos que se referiam claramente à contratação de auxiliar de EE foram os de Florianópolis e São José. Por isso, foram utilizados apenas esses dois editais na presente pesquisa.

4.2.1 Atribuições da Auxiliar de Educação Especial em classes comuns em duas redes públicas

Os quadros a seguir mostram a formação exigida e as atribuições previstas nos editais de processos seletivos dos municípios de Florianópolis e São José para a ocupação desse cargo. Observei que cada município utiliza uma nomenclatura diferente para esse profissional. Enquanto no município de Florianópolis a denominação do cargo é Professor auxiliar de Educação Especial, no município de São José é Auxiliar de Ensino/Educação Especial (Ed. Infantil e Ens. Fundamental).

Quadro 2 - Formação e atribuições do Professor Auxiliar de Educação Especial – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Cargo/Área: Professor Auxiliar de Educação Especial

Formação: Graduação nos cursos de Licenciatura; Formação no ensino médio em Magistério; Estudante da 5ª fase em diante nos cursos de Licenciatura.

Atribuições: atuar no serviço de apoio que consiste em realizar atividades de locomoção, cuidados pessoais e alimentação dos estudantes com deficiência em articulação com as atividades escolares, contribuindo para a participação desses estudantes com os demais colegas; auxiliar o estudante com transtorno do espectro autista na organização de suas atividades escolares; auxiliar os estudantes com deficiência ou com transtorno do espectro autista na resolução de tarefas funcionais, ampliando suas habilidades em busca de uma vida independente e autônoma; conduzir o estudante, juntamente com o professor de Educação Física e a turma, para as aulas de Educação Física de modo a envolvê-lo nas atividades coletivas; trabalhar em parceria e de forma articulada com o professor de sala de aula e professor da sala multimeios, sem que assuma atividades de Escolarização ou de Atendimento Educacional Especializado; elaborar relatórios sobre o estudante que acompanha, anexando-os às pastas dos estudantes arquivadas nas salas multimeios; assumir uma postura ética e respeitosa com os estudantes, famílias e os demais profissionais da comunidade escolar; participar dos momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da unidade educativa, tais como: reuniões pedagógicas, colegiado de classe, planejamento, grupos de estudos, entre outros. No desempenho de suas funções, o Professor Auxiliar de Educação Especial poderá atender um ou mais estudantes com deficiência, conforme o caso.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Edital nº 004/2018 – Processo Seletivo para Contratação de Substituto-Prefeitura Municipal de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2018)¹⁰.

De acordo com o Quadro 2, a formação exigida pelo edital para exercer este cargo é Graduação em cursos de Licenciatura, Ensino médio (Magistério) ou estudantes da 5ª fase em diante nos cursos de Licenciatura. Ou seja, qualquer professor ou estudante de licenciatura, de qualquer área, ou professor habilitado em Magistério no ensino médio podem atuar como

¹⁰ Disponível em:

http://substituto2019.fepese.org.br/?go=download&arquivo=2018_PMF_Substitutos_Ed_04_TA01.pdf&inline=1

Professor Auxiliar de EE. Não há nenhuma referência a qualquer formação específica em educação especial.

As atribuições do Professor Auxiliar de educação especial citadas no Quadro 1 referem-se inicialmente a cuidados (locomoção, higiene e alimentação). Em seguida aparece o auxílio ao estudante com TEA, buscando independência e autonomia.

Além dessas atribuições junto ao estudante de EE, o professor auxiliar deve elaborar relatórios sobre o estudante, participar de reuniões pedagógicas, colegiado de classe, elaborar planejamento, participar de grupos de estudos, mas não pode assumir atividades de escolarização e atendimento educacional especializado.

O edital descreve todas as atribuições do auxiliar de EE. É possível perceber que este profissional não é somente um cuidador ou monitor, ele vai muito além disso. O cargo requer que este profissional tenha graduação em licenciatura, ensino médio/magistério ou estar cursando alguma licenciatura, ou seja, o auxiliar de EE também é um professor. Sem atender a pelo menos um desses requisitos solicitados o auxiliar de EE não poderá assumir o cargo descrito no edital.

Além do Edital, a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis tem como referência a Portaria nº007/2014, que estabelece diretrizes para a contratação de professor auxiliar de educação especial na rede municipal de ensino de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2014). Essa Portaria descreve também quem são os estudantes elegíveis para receber o apoio desse profissional em sala.

Quadro 3 - Formação e atribuições do Auxiliar de Ensino/ Educação Especial- Prefeitura Municipal de São José

<p>Cargo/Área: Auxiliar de Ensino/ Educação Especial (Ed. Infantil e Ensino Fundamental).</p> <p>Formação: Habilitado: licenciatura em Educação Especial; Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial; Licenciatura plena em Pedagogia com certidão de frequência em licenciatura em Educação Especial; Licenciatura plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior e pós-graduação em Educação Especial; Licenciatura plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior e certificado de cursos de formação continuada em Educação Especial com, no mínimo 40 (quarenta) horas (exceto curso de LIBRAS); ou Certificado de conclusão de ensino médio em Magistério e certificado de cursos de formação continuada em Educação Especial com, no mínimo, 40 (quarenta) horas (exceto curso de LIBRAS). Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 4ª fase em curso superior de licenciatura de Pedagogia e certificado de curso de formação continuada em Educação Especial com, no mínimo, 40 (quarenta) horas (exceto curso de LIBRAS).</p> <p>Atribuições: Acompanhar mais de um aluno na mesma unidade de ensino. Casos isolados e específicos de total dependência na locomoção, cuidados pessoais (higiene) e alimentação, o Auxiliar de Ensino da Educação Especial (Educação Infantil e Ensino Fundamental) fará acompanhamento individualizado do aluno com deficiência ou com transtorno do espectro autista. Atuar nas atividades de locomoção, cuidados pessoais (higiene) e alimentação dos alunos com</p>

deficiência, de acordo com as especificidades de cada um. Auxiliar os alunos com deficiência ou com transtorno do espectro autista na resolução de tarefas funcionais, ampliando suas habilidades em busca de uma vida independente e autônoma. Auxiliar o estudante com transtorno do espectro autista na organização e compreensão do âmbito físico e/ou de suas atividades escolares. Realizar a mediação de atividades escolares dos alunos com deficiência ou com transtorno do espectro autista, conforme o planejamento do professor regente, contribuindo para o processo de inclusão. Participar dos momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da unidade educativa, tais como: reuniões pedagógicas, conselho de classe, planejamento, grupos de estudos, entre outros. Participar da hora-atividade coletiva e formação continuada promovida pela unidade escolar e Secretaria Municipal de Educação de acordo com a Instrução Normativa e Decreto regulamentador. Buscar orientação, sempre que necessário, junto à coordenação, especialistas, professores da Sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado), equipe do Centro de Referência em Educação Especial e outros profissionais especializados que acompanham este aluno. Acompanhar os alunos com deficiência ou com transtorno do espectro autista que apresentem sintomatologia exacerbada no recreio promovendo segurança e incentivando a interação com os demais colegas. Conduzir e auxiliar os alunos em atividade extraclasse, juntamente com a turma e o professor da área, exemplo Educador Físico, Professor de Informática e outros, sempre que se fizer necessário, de modo a envolvê-lo coletivamente nas atividades propostas. (SÃO JOSÉ, 2018).

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Edital N° 004/2018 – Processo Seletivo para Contratação- Prefeitura Municipal de São José (SÃO JOSÉ, 2018)¹¹.

De acordo com o Quadro 3, a formação exigida pelo edital para exercer este cargo é Graduação em Pedagogia, Ensino médio (Magistério) ou estudantes a partir da 4ª fase do curso de licenciatura em Pedagogia, sempre associado a uma habilitação ou formação continuada em educação especial.

As atribuições do Auxiliar de Ensino estão focalizadas não somente no cuidado, mas também na mediação de atividades escolares dos alunos com deficiência ou transtornos do espectro autista conforme o planejamento do professor regente.

A descrição das atribuições inicia com a indicação de que o auxiliar de ensino deve acompanhar mais de um aluno na unidade de ensino e que somente em casos de total dependência o auxiliar fará acompanhamento individualizado.

O auxílio aos alunos deve ocorrer também em atividades extraclasse e no recreio.

Do mesmo modo que o Edital do município de Florianópolis, é prevista a participação do auxiliar de ensino em atividades como reuniões pedagógicas, conselho de classe, planejamento, grupos de estudos, entre outros.

¹¹ Disponível em:

http://educasaojose2019.fepese.org.br/?go=download&arquivo=2018_PS_PMSJ_Ed_4_comunicado1_TA01.pdf&inline=1/. Acesso em: 2.set.2018

4.2.2 Atribuições do Auxiliar de Classe em classe comum de uma escola privada

O quadro a seguir mostra a formação exigida, funções e atividades previstas para o Auxiliar de Classe, profissional contratado por uma escola privada de Florianópolis para dar apoio aos alunos da educação especial.

Quadro 4 - Formação e atribuições do Auxiliar de Classe - Escola Privada de Florianópolis

Cargo: Auxiliar de Classe

Formação: Escolaridade: Ensino Médio (Magistério) ou Superior Incompleto (Pedagogia)

Funções: Ensinam e cuidam de alunos. Orientam a construção do conhecimento. Auxiliam na elaboração de projetos pedagógicos e no planejamento de ações didáticas. Registram informações sobre o desempenho dos alunos. Preparam material pedagógico. Organizam o ambiente de aprendizagem. No desenvolvimento das atividades, mobilizam um conjunto de capacidades comunicativas.

Atividades/Funções detalhadas: [...] ¹²agir segundo os valores institucionais. Aderir e comprometer-se com a pedagogia [...]; Conhecer as informações básicas quanto à pedagogia [...] constantes no Projeto Político Pedagógico [...] e comprometer-se com esta; Atuar com ética no exercício da função: imagem profissional, imagem da escola, sigilo profissional, relacionamento com colegas e superiores; Realizar suas atividades de acordo com as orientações [...]; Participar de atividades, encontros, cursos e eventos promovidos pelo [...]; Atender alunos, orientando sobre atividades, jogos, regras, convivência, atitudes e comportamento no ambiente escolar; Auxiliar no desenvolvimento de capacidades motoras, emocionais, intelectuais e espirituais; Auxiliar alunos com dificuldades, propondo novas tarefas e estimulando o aprendizado, sob supervisão dos professores e coordenadores pedagógicos, relatando as dificuldades observadas; Certificar-se durante as aulas de educação física de que os alunos estão realizando suas respectivas atividades; Acompanhar os recreios, de acordo com a orientação de onde deverá permanecer; Realizar e respeitar seu horário de lanche; Na ausência do professor, assumir momentaneamente as atividades com a turma até a chegada da substituta ou orientação da coordenação; Participar no período de adaptação, auxiliando onde for necessário; Atender aos alunos que apresentarem problemas de saúde, encaminhando os casos mais sérios ou reincidentes ao ambulatório; Controlar entrada e saída de alunos (banheiro, biblioteca, trabalhos fora de sala), intervalos, atividades extracurriculares, e outras pedagógicas, assegurando liberdade com responsabilidade; Manter registro das observações dos alunos (aspectos cognitivo, afetivo, social e moral), repassando-os à professora e, se necessário, à coordenação semanalmente; Auxiliar o professor na explanação de conteúdo, estando atento ao desempenho individual dos alunos, disponível para orienta-los e esclarecer dúvidas; Participar de encontros, atendimentos individuais e reuniões de pais, quando convidado; Organizar e manter limpo espaço, ambiente de aprendizagem (estantes e murais) e materiais diversos; Certificar-se que ao final da aula, juntamente com os alunos e professor, certificar-se de que a sala está organizada, limpa, e que nenhum pertence de uso pessoal (livros, cadernos, penais, casacos, etc.) foi esquecido; Realizar outras atividades compatíveis com o cargo.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do documento Descrição de Cargo Nº **CBO:3311-10**- Escola Privada de Florianópolis.

O Quadro 4 mostra que a formação exigida para exercer esta função é o Ensino Superior incompleto em Pedagogia, não deixando especificado a partir de qual fase do curso,

¹² Alguns trechos foram suprimidos para não identificar a escola.

ou ensino médio (Magistério). Diferente das redes públicas, nessa escola é suficiente ter formação em Magistério (Ensino Médio) ou em Pedagogia, mesmo que incompleto.

As atribuições do Auxiliar de Classe citadas no Quadro 3 referem-se inicialmente à mediação de atividades e o acompanhamento com todos da turma, ou seja o auxiliar de classe tem que realizar diversas funções.

Importante destacar que, diferente das redes públicas, as atribuições não são específicas para acompanhamento de aluno da educação especial. São muito mais atribuições e tarefas. É um faz tudo!

É importante ressaltar também que no documento fornecido pela escola o N° do CBO3311-10 corresponde ao cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, dentro do grupo Professores de Nível Médio na Educação Infantil¹³.

¹³ De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho, disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf#6>. Acesso em: 31 out. 2018.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se iniciou a partir da minha experiência como estagiária e auxiliar de classe, para atuar com alunos da modalidade EE dentro da classe comum. Eu queria compreender quem era a auxiliar de EE, pois durante a minha formação não tive acesso a discussões que problematizassem ou mesmo que esclarecessem a função dessa profissional em sala de aula.

Havia uma série de inquietações minhas acerca do trabalho docente voltado às crianças da modalidade EE na classe comum. As buscas se iniciaram a partir dos registros de minhas vivências nas escolas onde atuei, além de pesquisa bibliográfica e análises documentais. Tudo isso me auxiliou para a problematização e definição do objeto de pesquisa.

Fui percebendo ao longo das leituras dos trabalhos pesquisados que não existe uma definição de função e perfil para a auxiliar de EE na classe comum. Muitas leituras ajudaram na problematização do objeto de pesquisa, mas não respondiam do modo esperado à pergunta central: quem é a auxiliar de EE?

Analisei os editais dos processos seletivos para contrato temporário das Prefeituras Municipais de Florianópolis e de São José, além do documento que define o cargo de auxiliar de classe da escola na qual eu atuo. Cheguei à conclusão que nenhum dos documentos pesquisados segue uma regulamentação da função de auxiliar de EE, até porque não existe tal regulamentação.

Nos documentos de políticas de educação especial, não há nada prevendo que as redes de ensino público ou privadas tenham que seguir um padrão de nomenclatura ou atribuições das profissionais. Cada rede ou escola privada define suas regras.

Percebe-se que diante dessas definições das redes de ensino públicas e privadas, a atuação da auxiliar de EE na classe comum tem sido realizada de uma forma precarizada, excludente e esquecida. Os próprios documentos não descrevem claramente as atribuições e funções da auxiliar.

A auxiliar de EE é uma docente e faz muito mais do que somente cuidar. Porém, os documentos deixam claro esse caráter do cuidado, deixando em segundo plano as funções pedagógicas dessa profissional.

O trabalho da auxiliar tem muita relevância pedagógica dentro da classe comum, mas as condições de trabalho são precárias e desvalorizadas. A contratação é frágil, sendo que nas redes públicas são realizados processos seletivos e não concursos públicos. Os salários são baixos e não há exigência de formação específica em educação especial para a atuação. Muitas auxiliares não têm informações sobre as crianças com as quais irão atuar e muitas vezes não têm acesso aos planejamentos elaborados pelas professoras.

A auxiliar de EE tem que desenvolver diversas funções dentro da sala de aula. É importante destacar que para atuar como auxiliar de EE é necessário ter pelo menos formação no Magistério – Ensino Médio ou estar cursando alguma licenciatura.

Ou seja, todas as auxiliares são professoras formadas ou em formação. Nos documentos de políticas de educação especial, essas profissionais são apenas monitores ou cuidadores, mas realizam muitas outras funções além do somente cuidar na classe comum. São o faz tudo!

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Francielle. **Atuação do Auxiliar de ensino de Educação Especial: reflexão a partir de uma experiência na rede municipal de Florianópolis**. Trabalho de conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

BRASIL. **Lei n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, p. 36, 1996. Legislação Federal.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2001.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009.

BRASIL. SEESP/ GAB. **Nota Técnica nº. 19**, de 8 de setembro de 2010 destinada aos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino. Brasília, DF, 2010.

BRASIL, **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 03 de nov. de 2018.

CAPRONI, Paulo Henrique Marques. **O que é Nevralgia do Trigêmeo**. Minuto Saudável. 2017. Disponível em: <https://minutosaudavel.com.br/o-que-e-nevralgia-do-trigemeo-sintomas-tratamento-tem-cura/>. Acesso em: 15.ago.2018.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal da Administração. **Primeiro Termo Aditivo de Retificação do Edital nº 004/2018**. Disponível em: http://substituto2019.fepese.org.br/?go=download&arquivo=2018_PMF_Substitutos_Ed_04_TA01.pdf&inline=1. Acesso em: 7 de nov. 2018:

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **PORTARIA nº 007/2014**. Diretrizes para a contratação de professor auxiliar de educação especial na rede municipal de ensino de Florianópolis. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_01_2014_11.05.49.9f326e15b6235c2b8bdd1e869c091b6d.pdf. Acesso em: 7 de nov. 2018:

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Determinantes Econômicos e Políticos. **Comunicações**. v. 23. n. 3. Número Especial. p. 7-26, 2016 7 DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v23nespp7-26>.

JANNUZZI, Gilberta de Martino; CAIADO, Katia Regina Moreno. **APAE: 1954 a 2011: algumas reflexões**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

KLEBER, Rita de Cássia. **O trabalho do segundo professor de turma em Santa Catarina: qual o projeto político de formação do aluno da educação especial?** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LOPES, Mariana Moraes. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

MARTINS, Silvia Maria. **O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização o trabalho com alunos da educação especial**. 2011, Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em CD-Rom.

SÃO JOSÉ. Prefeitura Municipal de São José. Secretaria Municipal de Educação **Processo Seletivo Público para Admissão de Caráter Temporário Para o Quadro de Magistério**. Disponível em: http://educasaojose2019.fepese.org.br/?go=download&arquivo=2018_PS_PMSJ_Ed_4_comunicado1_TA01.pdf&inline=1/. Acesso em: 2.set.2018.

SCHREIBER, Dayana Valéria Folster Antonio. **Política educacional, trabalho docente e alunos da modalidade educação especial: um estudo nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2012, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SCHREIBER, Dayana Valéria Antonio Folster. A organização do trabalho docente na classe comum com os alunos da modalidade educação especial: controvérsias da desqualificação do trabalho pedagógico. In: GARCIA, Rosalba Maria Cardoso (Org.). **Políticas de educação especial no Brasil no início do século XXI**. Florianópolis, UFSC/CED/NUP, 2017.

UNESCO. **Declaração mundial de educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais**. Espanha, 1994.